

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Senhores Cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S.A.** Relativas ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

MERCADO DE ATUAÇÃO

A Embracon Administradora de Consórcio S.A. tem como objetivo formar e administrar grupos de consórcios, de bens móveis, imóveis e serviços. Em 30 de junho de 2026 a empresa administrava 298 grupos de consórcios com uma base de clientes ativos de 385.641 consorciados e 14.639 bens entregues.

EVENTOS SOCIETÁRIOS

O Capital Social é de R\$ 85.000.000,00 e está representado por 85.000.000 cotas no valor de R\$ 1,00 cada. A Administração informa que foi iniciado o processo de reorganização societária que resultará na incorporação da CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios - CNPJ 05.349.595/0001-09 pela Embracon, para promover a Combinação de Negócios entre as empresas, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. Até a presente data, o processo encontra-se em andamento, estando sujeito à conclusão das etapas remanescentes, incluindo aprovações societárias e regulatórias eventualmente necessárias. A previsão para conclusão e efetivação da incorporação é para 30/09/2026, momento em que a Embracon Administradora de Consórcio S.A. sucederá a CNP em seus direitos e obrigações, observadas as condições estabelecidas nos instrumentos societários pertinentes. A Administração continuará acompanhando o andamento da operação e divulgará informações adicionais sempre que necessário.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADOS

O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 353.488 mil em 30 de junho de 2026, apresentando aumento 23,32% em relação ao R\$ 286.644 mil em 31 de dezembro de 2025. O lucro líquido apresentado no semestre findo em 30 de junho de 2026 foi de R\$ 66.844 mil.

ATIVOS E PASSIVOS

O Ativo atingiu R\$ 2.333.534 mil em 30 de junho de 2026, em relação aos R\$ 1.653.500 mil em 31 de dezembro de 2025. O Passivo Circulante e não circulantes, somados atingiram o montante de R\$ 1.980.046 mil em 30 de junho de 2026, em relação aos R\$ 1.366.856 mil em 31 de dezembro de 2025.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação da Embracon Administradora de Consórcio S.A., na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 381/2003, a Embracon Administradora de Consórcio S.A., informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela - auditores independentes e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras. Ademais, a Embracon Administradora de Consórcio S.A. confirma que a independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras da Embracon Administradora de Consórcio S.A. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Embracon Administradora de Consórcio S.A., agradece aos cotistas pela confiança depositada.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	2026	2025		Notas	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE		2.129.394	1.510.576	PASSIVO CIRCULANTE		1.723.159	1.189.224
Caixa e equivalentes de caixa	3b; 5	804	629	Dividendo a pagar	22	5.210	5.210
Instrumentos Financeiros	3c; 6	112.187	78.777	Financiamento - Operações de leasing	12	2.167	1.702
Outras contas a receber		7.018	5.078	Obrigações trabalhistas	13	102.319	71.577
Taxa de administração a receber		29.481	11.778	Encargos sociais	14	16.319	22.302
Impostos a compensar	7	21.354	19.489	Impostos e contribuições a recolher	16	12.986	11.343
Adiantamentos	8	13.701	11.006	Obrigações por Operações vinculadas a cessão	3a	1.544.759	1.052.448
Créditos diversos		1.565	777	Contas a pagar	18	30.168	10.855
Bloqueio Judicial	9	5.673	5.258	Arrendamentos	21	2.438	2.957
Despesa do exercício seguinte	3e	1.937.611	1.377.783	Recursos não procurados	19	22	4.346
ATIVO NÃO CIRCULANTE		204.141	142.924	Provisão para contingência	3k; 20	6.770	6.485
Realizável a Longo Prazo		147.988	87.049	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		256.887	177.631
Impostos sobre lucros diferidos	17	31.538	26.999	Exigível a Longo Prazo		256.887	177.631
Impostos e contribuições diferidos	17.a	116.450	60.050	Impostos sobre lucros diferidos	17	150.497	117.275
Permanente		56.154	55.876	Impostos e contribuições diferidos	17.a	94.431	51.384
Imobilizado	3f; 10	24.230	19.493	Arrendamentos	21	7.314	8.688
Intangível	3g; 11	31.924	36.383	Financiamento - Operações de leasing	12	4.645	284
TOTAL DO ATIVO		2.333.535	1.653.500	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		353.488	286.644
				Capital social	22	85.000	85.000
				Reserva de retenção de lucros		251.488	184.644
				Reserva legal		17.000	17.000
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.333.535	1.653.500

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais)

	Notas	2026	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.941	4.008
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.941	4.008
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		95.050	46.457
Receitas de prestação de serviços	24	566.463	506.570
Despesas com pessoal	25	(208.299)	(207.540)
Despesas administrativas	26	(245.453)	(230.093)
Despesas tributárias	27	(55.869)	(52.312)
Despesas com depreciação e amortização	9;10	(17.041)	(12.785)
Outras receitas operacionais	28	55.248	42.617
RESULTADO OPERACIONAL		98.991	50.465
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		2.233	2.939
Receitas não operacionais diversas		2.559	3.243
Despesas não operacionais diversas		(327)	(305)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO DO LUCRO		101.224	53.404
IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	15	(34.380)	(18.194)
Tributos diferidos		(28.684)	(13.378)
Tributos correntes		(5.696)	(4.816)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		66.844	35.210
LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL		0,19	0,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais)

	2026	2025
SALDOS EM 30 DE JUNHO	66.844	35.210
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	66.844	35.210

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais)

	2026	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do período	66.844	35.210
Valores que não afetaram o Caixa:		
Depreciação e amortização	17.041	12.785
Provisões e reversões contingências trabalhistas e Cível	284	86
Rendimento líquido das aplicações financeiras	(10.312)	(9.901)
Resultado na baixa do ativo tangível e intangível	2.257	69
Caixa antes das Mutações do Capital de Giro	76.114	38.249
Redução (Aumento) dos Ativos Circulantes		
Taxa de administração a receber	(17.703)	(14.012)
Outros créditos	(2.728)	5.140
Outros valores e bens	(564.803)	(292.167)
Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes		
Obrigações trabalhistas	30.742	17.785
Impostos e contribuições sociais	(5.983)	(4.418)
Impostos e contribuições a pagar e diferidos	16.973	20.609
Contas a pagar	19.314	1.476
Obrigações por Operações vinculadas a cessão	492.311	207.999
Recursos não procurados	(4.323)	148
Arrendamentos	(211)	5.701
CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	548.822	249.301
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações financeiras	(543.301)	(466.519)
Resgate de aplicações financeiras	520.204	496.977
Aquisições do ativo imobilizado	(7.057)	(3.520)
Aquisições do ativo intangível	(14.200)	(15.291)
CAIXA GERADO (APLICADO) EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(44.355)	11.646
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Operações de leasing	4.826	(329)
CAIXA APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	4.826	(329)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES NO EXERCÍCIO	175	(2.172)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES	175	(2.172)
Caixa e equivalentes no início do período	629	3.336
Caixa e equivalentes no final do período	804	1.164

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

...continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025					
(Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total
SEMESTRE					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.000	87.401	5.988	-	178.389
Efeito da adoção inicial Resolução BCB nº 352/2023	-	-	-	(2.999)	(2.999)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	85.000	87.401	5.988	-	175.390
Resultado do Período	-	-	-	38.209	38.209
Reserva Legal	-	-	1.761	(1.761)	-
Transferência de Saldos	-	33.449	-	(33.449)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	85.000	120.850	7.749	-	213.599
SEMESTRE					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	85.000	184.644	17.000	-	286.644
Resultado do Semestre	-	-	-	66.844	66.844
Transferência de Saldos	-	66.844	-	(66.844)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	85.000	251.488	17.000	-	353.488

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025							
(Em milhares de Reais)							
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	2026	2025		Notas	2026	2025
CIRCULANTE		7.568.943	5.868.167	CIRCULANTE		7.568.943	5.868.167
Disponibilidades		3.166.107	2.465.437	Obrigações com consorciados	4g	-	-
Depósitos bancários		28.361	16.818	Grupos em formação		2.459	2.336
Aplicações financeiras	4a,28	73.120	93.393	Recebimentos não identificados		4.831	7.610
Aplicações vinculadas a contemplações	4a,28	3.064.626	2.355.227	Contribuições de consorciados não contemplados		2.846.774	2.130.262
Outros créditos		33.193	24.388	Valores a repassar	4h	296.839	242.991
Bens retomados ou devolvidos	4b	33.133	23.608	Obrigações contemplações a entregar	4i	3.064.626	2.355.227
Dev p/ Depósito em Garantia	4c	60	780	Obrigações com a Administradora		570	-
Direitos junto a consorciados contemplados		4.369.643	3.378.342	Recursos a devolver a consorciados	4k	1.107.675	920.047
Normais	4a	4.259.800	3.293.805	Recursos do Grupo	4l	245.169	209.694
Em atraso		26.435	30.418	COMPENSAÇÃO	4m	110.776.308	69.621.798
Em cobrança judicial		83.408	54.119	Recursos mensais a receber		258.108	199.324
COMPENSAÇÃO	4m	110.776.308	69.621.798	Obrigações do grupo por contribuição		56.583.110	35.684.809
Previsão mensal recursos a receber	4e	258.108	199.324	Créditos a disposição consorciado		53.935.090	33.737.665
Contribuições devidas ao grupo		56.583.110	35.684.809				
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4f	53.935.090	33.737.665				
TOTAL DO ATIVO		118.345.251	75.489.965	TOTAL DO PASSIVO		118.345.251	75.489.965

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025					
(Em milhares de Reais)					
	2026	2025		2026	2025
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	2.746.740	2.109.635	RECURSOS UTILIZADOS	(3.010.154)	(2.146.074)
Depósitos bancários	15.212	10.781	Aquisição de bens	(1.768.135)	(1.315.450)
Aplicações financeiras	82.906	87.148	Taxa de Administração	(980.236)	(645.366)
Aplicações vinculadas a contemplações	2.648.622	2.011.705	Multas e Juros moratórios	(4.232)	(3.633)
RECURSOS COLETADOS	3.429.521	2.501.876	Prêmios de Seguros	(24.843)	(17.238)
Contribuições Aquisição de bens	2.136.713	1.624.692	Custas Judiciais	-	36
Taxa Administração	959.423	625.398	Consorticiados Desligados - Pagamentos	(92.070)	(52.680)
Contribuições Fundo de Reserva	59.979	43.560	Outros	(140.638)	(111.743)
Rend. Aplicações Financeiras	164.075	116.916	DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	3.166.107	2.465.438
Multas e juros moratórios	8.581	7.340	Depósitos bancários	28.361	16.818
Prêmios de seguros	25.161	17.631	Aplicações financeiras	73.120	93.393
Outros	75.590	66.339	Aplicações vinculadas a contemplações	3.064.626	2.355.227

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S.A. (EMBRACON) tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.639/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A administradora optou pelo disposto no Artº 102 da resolução BCB nº 352/2023 em que ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para avaliação de aplicação no EMBRACON. A administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo EMBRACON, quando aplicável: CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (RI) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (RI) - Ativo Intangível, CPC 05 (RI) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, CPC 10 (RI) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 - Ativo Imobilizado, CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, CPC 33 (RI) - Benefícios a Empregados, CPC 41- Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Em 10 de outubro de 2025 foi aprovado o CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, em correlação com o IFRS 19 emitido pelo IASB, revogando o CPC 26(RI), que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A vigência deste Pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027. A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas

dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A administração considera que o EMBRACON possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistente com o seu plano de negócios, preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas e os programas de manutenção das instalações do EMBRACON. Os planos são acompanhados semestralmente pelos departamentos competentes, podendo sofrer alterações. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela administração em 28 de agosto de 2026. **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional do EMBRACON é o Real. **2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes:** Em 03 de novembro de 2025 foram publicadas a Resolução BCB nº 517 e a Resolução Conjunta BCB nº 14, que altera o art. 8º da Resolução BCB nº 234 de 2022, a qual dispõe sobre a metodologia de apuração do limite mínimo de R\$ 5.600 Mil de capital social integralizado e do patrimônio líquido para integralização de 25% por semestre, a partir de dezembro de 2026, e se estendendo à junho de 2028.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo EMBRACON são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Apuração do Resultado:** As receitas operacionais e outras receitas são apuradas à medida que a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. As taxas de administração recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulante para serem apropriadas ao resultado pelo prazo de duração dos grupos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. As despesas com comissões sobre vendas inicialmente são reconhecidas no ativo circulante e posteriormente mensalmente apropriadas no resultado pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda. Esses recursos são utilizados pelo EMBRACON para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5). **c) Instrumentos Financeiros:** Os Títulos e Valores Mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da empresa, em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001: **• Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período (Notas 5 e 6); **• Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários (Nota 6); **• Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o EMBRACON tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos do EMBRACON são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários. A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar" (Nota 8); **d) Ativos Circulante e Ativo Não Circulante:** São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia); **e) Despesas do Exercício Seguinte:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência. **f) Imobilizado:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do EMBRACON. São depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. **g) Intangível:** Representam gastos com sistemas aplicativos de informática, concessão de direitos de grupos de consórcios e contrato de aluguel. O prazo de vida útil estimado para os itens do ativo intangível é de até 5 anos. Para a aquisição de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos e para os contratos de aluguel o prazo de contrato de locação que varia de 2 a 5 anos. **h) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia). **i) Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício. A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes. **j) Valores Pendentes de Recebimento Judicial:** Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. **k) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas. **l) Resultado Não Recorrente:** São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade do EMBRACON ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre e exercício findos em 30 de junho de 2025, não foram identificados resultados não recorrentes.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações Financeiras: Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular nº 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pro rata dia. **b) Bens Apreendidos ou Retomados:** Representam o valor dos bens apreendidos e retomados dos clientes inadimplentes. **c) Devedores para Depósito em Garantia:** Representam os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantem prestação de serviço. **d) Direitos Junto a Consorciados Contemplados - Normais:** Representam os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial. **e) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados:** Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2025. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2024. **f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar:** Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período. **g) Obrigações com Consorciados:** Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços. **h) Valores a Repassar:** Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados ao EMBRACON ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações. **i) Obrigações por Contemplações a Entregar:** Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias. **j) Recursos a Devolver a Consorciados:** Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos. **k) Recursos do Grupo:** Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros. **l) Compensação: Previsão mensal de recursos a receber de consorciados:** Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço. **Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações de grupo por contribuições:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	6	9
Bancos Conta Movimentos	798	620
Total	804	629

NOTA 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2026, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados - Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 82.725 Mil, (em 30/06/2026).

	30/06/2026	31/12/2025
Certificados de Depósitos Bancários	82.725	44.628
Cotas de Fundos de Investimentos	-	12.002
Cotas de Fundos de Renda Fixa	20.749	13.665
LI - Instituição Financeira Ligada	8.712	8.482
Total	112.187	78.777

NOTA 7. IMPOSTOS A COMPENSAR

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ Antecipado	17.910	17.010
CSLL Antecipado	1.429	1.245
Outros	2.015	1.234
Total	21.354	19.489

NOTA 8. ADIANTAMENTOS

Os adiantamentos relativos à cartão de crédito são oriundos de adiantamento efetuados aos grupos de consórcio cujo recebimento dos consorciados é realizado via cartão.

	30/06/2026	31/12/2025
Funcionários	2.675	766
Depósitos Judiciais	2.111	2.603
Fornecedores e Outros	6.235	4.772
Benefícios	2.680	2.865
Total	13.701	11.006

NOTA 9. BLOQUEIO JUDICIAL

Referem-se majoritariamente a bloqueios judiciais oriundos de consorciados de grupos ativos e encerrados que acionaram a administradora e, em menor parte, a bloqueios judiciais em virtude de processos trabalhistas. O Saldo em 30 de junho de 2026 soma R\$ 5.673 Mil (Em 31 de dezembro de 2025 somava R\$ 5.258 Mil).

NOTA 10. IMOBILIZADO

Descrição	Depreciação		30/06/2026	31/12/2025
	Custo	Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edificações em curso	2.247	-	2.247	2.115
Veículos em curso	294	-	294	294
Instalações	1.817	(1.443)	374	448
Móveis e equipamentos de uso	19.984	(8.752)	11.232	11.010
Equipamentos telefônicos	487	(441)	46	62
Equipamentos processamentos dados	20.675	(10.639)	10.036	5.304
Veículos	260	(260)	-	260
Líquido	45.765	(21.535)	24.229	19.493
1º Semestre de 2026				
	Saldos em 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2026
Custo de Aquisição				
Edificações em curso	2.115	132	-	2.247
Veículos em curso	294	-	-	294
Instalações	1.817	-	-	1.817
Móveis e equipamentos de uso	19.126	1.090	(231)	19.986
Equipamentos telefônicos	511	1	(26)	486
Equipamentos processamentos dados	15.413	5.834	(570)	20.678
Veículos	1.128	-	(870)	257
Total	40.404	7.057	(1.697)	45.765
(-) Depreciações	(20.911)	(1.989)	1.365	(21.535)
Líquido	19.493	5.068	(332)	24.229

Prazo de vida útil dos bens do ativo imobilizado são: a) Edificações - 25 anos; b) Instalações - 10 anos; c) Móveis e equipamentos de uso - 10 anos; d) Equipamentos telefônicos - 5 anos; e) Equipamentos processamentos de dados - 5 anos e f) Veículos - 5 anos.

NOTA 11. ATIVO INTANGÍVEL

Descrição	1º Semestre de 2026			
	Saldos líquido 31/12/2025	Adições	Baixas	30/06/2026
Softwares	27.726	14.200	(5.068)	36.859
Concessões de Direitos Grupos Consórcios	28.377	-	-	28.377
Arrendamentos	13.433	-	-	13.433
(-) Amortizações	(33.154)	(16.734)	3.143	(46.745)
Total	36.383	(2.534)	(1.925)	31.924

O prazo de vida útil do software é de até 5 anos, para a concessão de direitos dos grupos o prazo de vida útil estimado é o mesmo de encerramento dos grupos e os arrendamentos refere-se a contratos de aluguel que foram reconhecidos por direito de uso ao longo do prazo.

NOTA 12. FINANCIAMENTO - OPERAÇÃO DE LEASING

	30/06/2026	31/12/2025
Leasing	2.515	1.903
(-) Encargos Financeiros a apropriar	(348)	(201)
Total	2.167	1.702
Não Circulante		
Leasing	5.559	394
(-) Encargos Financeiros a apropriar	(743)	(110)
Total	4.815	284

NOTA 13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2026	31/12/2025
Salários e rescisões a pagar	48.413	27.335
Provisão de Férias e encargos	38.247	44.242
Provisão de 13º Sal. e encargos	14.936	-
Total	102.319	71.577

NOTA 14. ENCARGOS SOCIAIS

	30/06/2026	31/12/2025
INSS a pagar	8.562	8.653
FGTS a pagar	2.006	2.936
IRRF s/Salários	5.724	10.694
Contribuições a pagar	28	19
Total	16.319	22.302

NOTA 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores lançados no resultado são assim sumarizados:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre Lucros	101.224	53.404
Total das Adições	1.307.638	838.788
Provisão Serviços de Auditoria	42	84
Provisão de Ações Contrárias	1.522	2.513
Provisão para Desp. Comissões	150.260	31.614
Provisão de Ações Trabalhistas	1.044	660
Despesas Não Dedutíveis	-	298
Contribuições e Doações	30	18
Salário Maternidade	457	252
Reversão da Provisão Serviços Prestados Renault	2.089	10.266
Reversão da Provisão Serviços Prestados VW	38.952	17.838
Brindes e Presentes	458	568
Provisão Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	966	286
Provisão Desp Juros Passivo	-	1.452
Passivo fiscal Diferido - PIS	7.679	-
Passivo fiscal diferido - Cofins	35.369	-
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - CPC 47	193	613
Provisão Amortização Contrato de Aluguel	1.682	1.284
Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47	918.942	595.334
Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47	146.742	174.300
Custo Aquisição de Carteiras de Consórcios	1.211	1.409
Total das Exclusões	(1.382.923)	(923.785)
Reversão de Serviços de Auditoria	(42)	(84)
Reversão de Provisão Ações Contrárias	(1.682)	(1.450)
Reversão de Provisão Ações Trabalhistas	(600)	(1.637)
Reversão de Provisão para Desp. Comissões	(127.203)	(27.627)
Provisão Serviços Prestados Renault	(1.820)	(2.347)
Provisão Serviços Prestados VW	(41.161)	(20.966)
Ativo Fiscal Diferido - ISS	(12.449)	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
...continuação	30/06/2026	30/06/2025	NOTA 18. CONTAS A PAGAR	
Ativo Fiscal Diferido - PIS	(7.840)	-		
Ativo Fiscal Diferido - Cofins	(36.112)	-		
Reversão de Provisão Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito	(1.028)	(180)		
Reversão Provisão Desp Juros Passivo	(210)	(39)		
Reversão Provisão Amortização Contrato de Aluguel	(1.682)	(1.284)		
(-) Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47	(706.371)	(464.542)		
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - CPC 47	(74)	(419)		
(-) Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47	(443.789)	(400.775)		
Custo Aquisição de Carteiras de Consórcios	(859)	(2.435)		
Base de cálculo antes da compensação de prejuízos fiscais	25.939	(31.594)		
Compensação da base negativa IRPJ/CSLL	(7.782)	-		
Base de cálculo do IRPJ/CSLL	18.158	(31.594)		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(34.380)	(18.194)		
IRPJ/CSLL sobre Diferenças Temporárias	(26.038)	(13.378)		
IRPJ/CSLL sobre Compensação de Prejuízo Fiscal	(2.646)	-		
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(5.696)	(4.816)		
NOTA 16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER				
	30/06/2026	31/12/2025		
IRRF s/ serviços de terceiros	1.138	878		
Retenção Conforme Lei 10.833/03	297	307		
INSS s/ serviços de autônomos	85	78		
ISS s/ serviços tomados	50	36		
COFINS a pagar	5.387	4.784		
PIS a pagar	1.167	1.037		
ISS a pagar	4.862	4.221		
Total	12.986	11.343		
NOTA 17. IMPOSTOS DIFERIDOS				
De acordo com a resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020, foi constituído créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, que serão tributáveis ou dedutíveis no futuro no valor de R\$ 13.784 em 30 de junho de 2026 (R\$ 6.600 em 31 de dezembro de 2025), bem como débitos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias no montante de R\$ 150.497 em 30 de junho de 2026 (R\$ 117.275 em 31 de dezembro de 2025). Em virtude dos impactos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em 30 de junho de 2026 foi reconhecido R\$ 118.959 de passivo fiscal diferido (R\$ 90.276 em 31 de dezembro de 2025), onde R\$ 17.754 mil refere-se ao diferimento sobre o prejuízo fiscal (R\$ 20.399 em 31 de dezembro 2025).				
	31/12/2025	30/06/2026		
Créditos/Débitos Tributários				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre:				
Provisão para Despesas com Comissões	13.358	150.260	(127.203)	36.415
Provisão para Serviços de Consórcio Renault	(269)	(1.820)	2.089	-
(-) Provisão para Serviços de Consórcio VW	(4.809)	(41.161)	38.952	(7.018)
Provisão Desp. Auditoria	-	-	-	-
Provisão Para Ações Trabalhistas	2.388	1.044	(600)	2.832
Provisão para Contingências	4.097	1.522	(1.682)	3.937
Provisão de Perdas Esperadas Assoc ao Risco de Crédito	3.240	966	(1.028)	3.178
Provisão Despesa Juros Passivo	1.406	-	(210)	1.196
Provisão Amortização Contrato de Aluguel	-	1.682	(1.682)	-
PDD - CPC 47	1.920	193	(74)	2.039
Receita de Prestação de Serv Diferida - CPC 47	1.039.591	918.942	(443.789)	1.514.744
(-) Despesas de Comissões Diferidas - CPC 47	(1.377.773)	(706.371)	146.742	(1.937.402)
(-) Ativo Diferido sobre impostos ISS - CPC 47	(13.254)	(12.449)	-	(25.703)
(-) Ativo Diferido sobre impostos PIS - CPC 47	(8.347)	(7.840)	-	(16.187)
(-) Ativo Diferido sobre impostos COFINS - CPC 47	(38.448)	(36.112)	-	(74.560)
Passivo Diferido sobre Impostos PIS - CPC 47	9.166	7.679	-	16.845
Passivo Diferido sobre Impostos COFINS - CPC 47	42.218	35.369	-	77.587
Total Base dos Créditos	(325.517)	311.904	(388.486)	(402.099)
Imposto de Renda Diferido (25%)	(81.379)	77.976	(97.121)	(100.524)
Contribuição Social Diferido (9%)	(29.296)	28.071	(34.964)	(36.189)
Total de Créditos/Débitos Tributários sobre Diferenças Temporárias	(110.675)	106.047	(132.085)	(136.713)
Ativo Fiscal Diferido	6.600	38.248	(31.064)	13.784
Passivo Fiscal Diferido	(117.275)	67.800	(101.021)	(150.497)
(+) Créditos Tributários /(-) Fiscais Diferidos	(110.675)	106.047	(132.085)	(136.713)
Prejuízo Fiscal	59.998	-	(7.782)	52.217
Imposto de Renda Diferido (25%)	15.000	-	(1.945)	13.054
Contribuição Social Diferido (9%)	5.400	-	(700)	4.699
Total de Créditos Tributários sobre Prejuízo Fiscal	20.399	-	(2.646)	17.754
Ativo Fiscal Diferido	26.999	38.248	(33.710)	31.538
Passivo Fiscal Diferido	(117.275)	67.800	(101.021)	(150.497)
(+) Créditos Tributários /(-) Débitos Tributários	(90.276)	106.047	(134.731)	(118.959)
Expectativa de Realização do Crédito Tributário: Conforme Resolução BCB nº 15 de 17 de setembro de 2020 a qual revoga a Circular nº 3.174 de 15 de janeiro de 2003, as administradoras de consórcio podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social. O registro deve estar baseado em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. A Administradora de Consórcio efetuou seu estudo de realização para a data base de 30 de junho de 2026, considerando as suas melhores expectativas de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios. Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em suas premissas, a administração considera que os créditos tributários registrados serão realizados nos seguintes prazos.				
Diferenças Temporárias	Realização Créditos Tributários	Valor Presente		
2º sem/2026	9.996	8.749		
2027 a 2029	3.788	3.316		
Total	13.784	12.065		
Prejuízo Fiscal	Realização Créditos Tributários	Valor Presente		
Dez/26	8.354	7.312		
2027	9.400	8.228		
Total	17.754	15.540		
a) Ativos e Passivos Fiscais Diferidos: Saldos constituídos sobre a diferença nas bases se cálculo, originada pela aplicação de política contábil - Pronunciamento técnico CPC47 - Receita de Contrato com Cliente, das receitas de prestação de serviços entre os regimes de caixa e competência.				
Ativo Fiscal				
	2026	2025		
Receita de Prestação de Serviços Diferida	981.048	505.895		
Pis/Cofins (9,25%)	90.747	46.795		
Iss (2,62%)	25.703	13.254		
Total	116.450	60.050		
Passivo Fiscal				
	2026	2025		
Despesas com Comissões Diferidas	1.020.879	555.502		
Pis/Cofins (9,25%)	94.431	51.384		
Total	94.431	51.384		
NOTA 19. RECURSOS NÃO PROCURADOS				
Estão representados por recursos a distribuir relativos a fundo de não procurados reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208. Recursos Não Procurados Totais para o período de 30 de junho 2026 equivale a R\$ 22 Mil (R\$4.346 Mil em 31 de dezembro de 2025), e tais valores apresentam-se individualizados por consorciados, conforme determinação do Bacen.				
NOTA 20. PROVISÕES				
Passivos contingentes prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões constituídas são as seguintes:				
	30/06/2026	31/12/2025		
Cível	2.832	4.098		
Trabalhista	3.938	2.388		
Total	6.770	6.485		
Passivos contingentes possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis montam o valor de R\$ 6.821 mil (30/06/2026) e R\$ 6.158 mil (31/12/2025). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.				
NOTA 21. ARRENDAMENTOS				
A administradora adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada que não impacta em superávit acumulado (patrimônio líquido) na data da adoção inicial. O montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar trazidos ao valor presente.				
	30/06/2026	31/12/2025		
Contratos de Aluguel (Curto Prazo)	2.439	2.957		
Contratos de Aluguel (Longo Prazo)	7.314	8.688		
Total	9.753	11.645		
NOTA 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social: O capital social é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) e está representado por 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de cotas no valor de R\$ 1,00 cada; Reserva de Retenção de Lucros: Considerando que o encerramento contábil do semestre de 2026 apresentou lucro líquido no montante de R\$ 66.844 mil. A Administradora não destinou recursos para a rubrica contábil reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite permitido de 20% sobre o capital social compreendido a R\$ 17.000 mil.				
NOTA 23. PARTES RELACIONADAS				
O EMBRACON possui operação com partes relacionadas relativa à contratação de locação do imóvel sede, sendo a locadora a Embrafisa Consultoria Empresarial Corretora de Seguros e Empreendimentos Imobiliários S.A. com vigência de 12 meses, com renovação automática conforme aditivo, sendo as parcelas reajustadas pelo IPCA.				
NOTA 24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS				
Os valores referem-se à prestação de serviços de administração de grupos de consórcio, cobradas mensalmente dos participantes dos grupos de consórcio e apropriadas ao resultado pelo regime de competência em 2023, devido a adoção ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, em cumprimento a Resolução BCB nº 120 de 27 de julho de 2021.				
	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025		
Taxa administração	562.014	502.950		
Multa e Juros	4.236	3.550		
Outras	213	70		
Total	566.463	506.570		
NOTA 25. DESPESAS COM PESSOAL				
	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025		
Pessoal - Benefícios	(36.575)	(30.450)		
Pessoal - Encargos Sociais	(62.839)	(60.419)		
Pessoal - Proventos	(108.757)	(116.580)		
Pessoal - Treinamentos	(128)	(91)		
Total	(208.299)	(207.540)		
NOTA 26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025		
Aluguéis	(13.029)	(12.079)		
Comunicações	(2.512)	(1.837)		
Manutenção e Conservação de Bens	(3.848)	(5.319)		
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.501)	(3.627)		
Serviços Técnicos Especializados	(137.593)	(143.260)		
Viagens no País	(2.465)	(2.221)		
Provisões Operacionais	(28.834)	(20.963)		
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.199)	(1.210)		
Despesas de Arrendamento de Bens	(179)	(101)		
Despesas de Contrib. Filantrópicas	(30)	(18)		
Despesas de Material	(670)	(622)		
Despesas de Promoções/Rel. Públicas	(20.790)	(16.906)		
Despesas de Seguros -	(194)	(119)		
Despesas Serviços Sist. Financeiro	(5.702)	(4.162)		
Despesas de Serviços de Terceiros	(153)	(137)		
Despesas de Transporte	(161)	(122)		
Outras Despesas Administrativas	(4.879)	(4.385)		
Outras Despesas Operacionais	(3.241)	(2.924)		
Total	(245.453)	(230.093)		
NOTA 27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
	30/06/2026	30/06/2025		
Despesas de COFINS	(32.565)	(26.438)		
Despesas de PIS	(7.057)	(5.728)		
Despesas de ISS	(14.853)	(18.720)		
Outras despesas Tributárias	(1.394)	(1.425)		
Total	(55.869)	(52.312)		
continua...				

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Valores expressos em milhares de Reais)

Outras Receitas Operacionais	30/06/2026	30/06/2025
	55.248	42.617
	55.248	42.617

São registrados neste grupo de contas as receitas originárias de prestação de serviços técnicos de administração de grupos de Consórcio Renault e Consórcio Nacional Volkswagen, além das taxas de recursos não procurados e reversões de provisão de comissões e serviços.

NOTA 29. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO		
As operações de consórcio em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte posição:		
	30/06/2026	30/06/2025
Quant. de grupos em andamento	298	273
Quant de consorciados ativos	385.641	290.381
Quant de bens entregues no exercício	14.639	11.624
Quant de bens entregues, acumulado	98.735	80.857
Bens pendentes de entrega acima de 30 dias	24.739	20.680
Consorticiados desistentes e excluídos no semestre/exercício	58.214	42.699
Consorticiados desistentes e excluídos, acumulado	465.301	383.034
Taxa média de inadimplência	2,70%	3,11%

NOTA 30. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (GRUPOS DE CONSÓRCIOS)		
	30/06/2026	30/06/2025
Cotas de Fundos de Investimentos não vinculados a contemplação	70.661	91.057
Cotas de Fundos de Investimentos vinculados a contemplação	3.064.626	2.355.227
Total	3.135.287	2.446.284

NOTA 31. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados. **31.1. Gerenciamento de Riscos:** A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

SILVIA DE FATIMA SACCO	SUELY CRISTINA DA SILVA LIMA
Diretora de Contabilidade	Contadora - CRC 1SP155.421/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Sócios e Diretores da
EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S.A.
Santana de Parnaíba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S.A. (EMBRACON)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio, em 30 de junho de 2026 e consolidada das variações nas disponibilidades de grupos para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMBRACON** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira dos grupos de consórcio em 30 de junho de 2026, e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos para exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMBRACON**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos

NOTA 32. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Em atendimento a Resolução BCB nº 234/2022, e a Instrução Normativa nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	30/06/2026	31/12/2025
(=) Patrimônio Líquido	286.644	178.390
(+) Receitas Operacionais	642.954	1.225.972
(-) Despesas Operacionais	(576.110)	(1.114.673)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	353.488	289.689
(+) Exigível a Longo Prazo	1.053.191	1.391.128
(+) Disponibilidades	28.361	16.818
(+) Aplicações Financeiras	73.120	93.393
(=) COMPROMETIMENTO	1.159.672	1.104.724
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO X 6	2.120.930	1.281.596
(=) LIMITE OPERACIONAL	961.258	176.872
SUFICIÊNCIA	961.258	176.872
Margem de Imobilização	297.335	230.768

NOTA 33. REFORMA TRIBUTÁRIA

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, a Administradora vem acompanhando continuamente os desdobramentos relacionados à implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) cuja regulamentação ocorreu em 29 de abril de 2026. A direção está analisando os possíveis impactos operacionais que possam atingir a administradora.

NOTA 34. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Entendemos que a inteligência artificial generativa (genAI) se refere a um subconjunto do aprendizado profundo baseado em tecnologia probabilística, capaz de criar conteúdo - incluindo texto, imagens, áudio ou vídeo - a partir de comandos fornecidos por um usuário. Não implementamos tecnologias de genAI para uso em demonstrações financeiras ou no controle interno sobre demonstrações financeiras.

NOTA 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações contábeis.

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Irmãos Campos & Cerboncini Auditores Associados CRC 2 SP 013.900/O-8	Fábio Cerboncini Sócio CRC 1 SP 079.347/O-3
--	--